

Acessibilização, inclusão e a reinvenção da escola

Serge Ebersold

entrevistado por

Enicéia Gonçalves Mendes

Enicéia Gonçalves Mendes: Você é sociólogo e, na sua trajetória, quando e como começou a estudar a temática da deficiência?

199

Serge Ebersold – Eu iniciei no mestrado, analisando a maneira como uma sociedade considera a pessoa com deficiência e observando as práticas em estabelecimentos especializados. Depois, eu me interessei por representações que temos em relação à pessoa com deficiência. Antigamente, havia os enfermos, os inválidos e os acidentados no trabalho. Ao longo da década de 1960, começamos a falar de deficiência, e me interessei em saber o porquê da emergência desse termo.

Na França, se a pessoa tivesse uma enfermidade decorrente de guerra, era considerada inválida; se o impedimento fosse decorrente de um acidente de trabalho, era acidentada, mas nenhuma delas era tida como pessoa com deficiência. Então, percebi que elas não tinham o mesmo estatuto e que havia uma hierarquia quanto ao regime da deficiência, com implicações em relação aos suportes. Um inválido de guerra recebia uma pensão até sua morte. A pessoa com deficiência recebia uma alocação, desde que fosse demonstrada sua incapacidade de sustentar-se. Assim, a atribuição dos apoios não era a mesma. E as representações não eram as mesmas. Quando comecei a trabalhar com representações, uma constatação que tive foi a de que as pessoas que eu entrevistava não se consideravam deficientes. Naquela época, eu dizia:

“você é deficiente”. E ela me dizia: “Não!” E retrucava: “Sou inválido, porque estive na guerra”, e deficientes eram os outros. Foi assim que comecei a estudar a deficiência.

Enicéia Gonçalves Mendes – Quais foram ou são as suas principais referências teóricas no campo da Sociologia?

Serge Ebersold – Eu comecei a trabalhar com essa noção de deficiência apoiando-me em Durkheim.¹ Depois, pareceu-me bastante interessante para analisar a evolução das leis, a noção de campo de Bourdieu.² A legislação social na França se organizou em torno da sociedade salarial, mas a era industrial criou uma categoria que não existia anteriormente, a dos assalariados, o que nos obrigou a repensar a situação daqueles que não trabalhavam porque tiveram um acidente de trabalho. Depois, a legislação protegeu aqueles que não trabalhavam por serem fisicamente diminuídos, como os idosos e os enfermos. E veio a lei do desemprego, prevendo a necessidade de socializar a situação de pessoas que não eram assalariadas porque a situação econômica não lhes assegurava empregos. Então, foram criadas as alocações para desempregados. Em seguida, a lei de seguridade social dispôs sobre pessoas doentes, com possibilidade de cura. E assim, as legislações foram somando-se para socializar a situação de pessoas que não eram assalariadas e, embora as pessoas com deficiência fizessem parte desse grupo, essas leis não funcionavam para elas. Foi assim que a deficiência se tornou uma categoria de ação pública para esse grupo desassistido pela legislação existente até então.

Enicéia Gonçalves Mendes – E qual é a importância da concepção de deficiência para a política?

Serge Ebersold – Na França, como aconteceu nos países escandinavos, a questão da deficiência está diretamente inscrita na lei. E aí a noção de campo de Bourdieu é interessante, pois permite pensar na deficiência como categoria de ação pública, inserida no espaço de ação pública e das hierarquias. No campo da deficiência, é preciso ser reconhecida como pessoa com deficiência pelo médico, pelo psicólogo. É preciso ser oficialmente identificada para receber ajuda, demandando-se que a pessoa se comporte como deficiente. A noção de campo é interessante porque permite trabalhar as especificidades da deficiência. Possibilita pensar a relação entre o especial e o comum, quais são as características dos profissionais que trabalham no ensino comum e dos

¹ Émile Durkheim (1858-1917) é considerado o fundador da Escola Francesa de Sociologia, estudou a função da instituição social, sua constituição e seu enfraquecimento (anomia).

² Pierre Bourdieu (1930-2002), sociólogo francês, produziu estudos sobre os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais, a análise de como os indivíduos incorporam a estrutura social, legitimando-a e reproduzindo-a. Para ele, o mundo social era construído sobre três conceitos: campo, habitus e capital. Campo social é formado por diversos agentes que se relacionam mediante diferentes hierarquias de poder e com constantes disputas.

que atuam com pessoas com deficiência. Não são as mesmas instituições nem o mesmo perfil ou a mesma formação. Daí que a noção de campo é interessante, por circunscrever o que fez a sociedade constituir a deficiência, como algo diferente do desemprego, da pobreza etc. Há muitas pessoas pobres com problemas de saúde, pessoas encarceradas com problemas psíquicos, que poderiam, mas não fazem parte do campo da deficiência, e sim de outros campos, como o da pobreza, o penal etc. Então a noção de campo permite pensar a sociedade como um espaço social hierarquizado. Em 2022, Florence Brumaud publicou o livro *La pauvreté comme handicap*³ no qual questiona a maneira como codificamos a pobreza e a deficiência. A deficiência não é uma condição de interação entre indivíduo e meio, mas sim o conceito mediante o qual vamos pensar no princípio de codificação de pessoas.

Enicéia Gonçalves Mendes – O que você tem a dizer sobre os conceitos de inclusão, educação inclusiva e educação especial?

Serge Ebersold – Para mim, é difícil distinguir esses conceitos, pois não há o especial sem o ordinário, não há a educação comum sem a especializada. O conceito de inclusão remete a uma redefinição do contrato social. A sociedade salarial tem que ser pensada como tendo uma relação dialética com o indivíduo, e o conceito de integração pode ilustrar isso. Integração vem de tornar integral, e isso há 40 anos, quando a sociedade era tida como um sistema que envolveria todos, que implicaria todos, e havia um ideal normativo em relação ao indivíduo. Tanto o indivíduo quanto a sociedade tinham responsabilidades entre si. A cidadania não era algo dado, mas deveria ser conquistada, embora garantida para aquele que participava da sociedade; se a pessoa não participava, não merecia ser cidadão. Daí a cidadania se organizou historicamente em torno do binômio capaz-incapaz.

Com o desenvolvimento da psicologia cognitivista, demonstrou-se que mesmo as pessoas severamente prejudicadas tinham possibilidades de desenvolvimento, então, não fazia mais sentido dizer que as pessoas eram incapazes. A abordagem desenvolvimentista das dificuldades escolares e da deficiência trouxe a premissa de que todos poderiam aprender ao longo da vida. Assim, o binômio capaz-incapaz foi substituído por típico-atípico. A pessoa não era mais considerada incapaz, mas sim atípica. A Organização Mundial da Saúde, por exemplo, substituiu o termo incapacidade por limitação da atividade. A ideia é que a pessoa pode ser capaz de fazer uma tarefa se o ambiente for acessibilizado. E cresceu a mentalidade de que todo mundo pode ser educado, havendo, portanto, amplo reconhecimento da educabilidade coletiva.

³ A pobreza como deficiência. [N. da Revisão].

Então, a partir disso, demandamos a todos os estudantes que participassem do processo educativo, sendo essa a primeira singularização. A segunda foi a singularização política, demandando que todos fossem usuários ou clientes, numa atribuição de um papel ativo, ou político. A terceira singularização foi a jurídica, da garantia do direito individual, da pessoa, e foi essa singularização jurídica que assegurou as demais.

Assim, a ideia de inclusão provocou essa mudança de perspectiva. A ciência sob a premissa do binômio capaz-incapaz desenvolveu as técnicas reabilitadoras, mas, a partir do momento em que essa premissa foi substituída, emergiu o direito subjetivo de participação, de legitimidade, de cidadania. Inaugura-se uma nova relação entre indivíduo e sociedade, pois já não exigimos mais que o indivíduo se integre. Então, inclusão é o direito, direito pessoal, individual, mediante o qual a pessoa tem assegurado, por exemplo, seu direito de ser estudante. A perspectiva que outorga à pessoa o direito de exercer seus direitos. Isso exige necessariamente articulação entre comum e especial.

Na integração, a educação especial funcionava para apoiar o aluno a fim de que ele se aproximasse da norma da escola, e formava-se o professor especializado nas categorias específicas de deficiência: surdez, deficiência visual, intelectual etc. O apoio era direcionado ao estudante. A partir do momento em que substituímos o binômio capaz-incapaz, o papel da educação especial muda, não se restringindo a apoiar o estudante, porque ele pode aprender. É preciso apoiar o sistema para que ele se torne inclusivo. Por isso, é preciso apoiar gestores, professores e pais, e o professor especializado deve ser um gerenciador da diversidade na escola. Assim, a reinvenção da escola demanda a reinvenção do papel do professor especializado.

Enicéia Gonçalves Mendes – Você considera que a formação de professores tem avançado para fazer frente a esse novo papel?

Serge Ebersold – Os professores não estão preparados para a educação inclusiva, pois, na França há um duplo discurso. Por um lado, alguns dizem que educação inclusiva é para alunos que apresentam uma deficiência; por outro lado, há os que dizem que educação inclusiva se refere a todos os estudantes. E os professores são confrontados com uma junção paradoxal maior, em que, de um lado, há pressão por mudanças na organização escolar que são exclusivas para alunos com deficiência e, do outro, uma formação que não prepara para enfrentar a diversidade pedagógica. Os resultados das enquetes comparativas dos países da OCDE⁴ evidenciam, entre outros aspectos, que os professores

⁴ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma entidade internacional composta por 38 países membros, que reúne as economias mais avançadas do mundo e alguns países emergentes, como a Coreia do Sul, o Chile, o México e a Turquia.

franceses estão entre os que enfrentam mais dificuldades em relação à diversidade dos alunos e, também, numerosos gestores de escolas dizem com frequência que a formação dos professores impede a escola de responder melhor à diversidade.

É preciso que, na formação inicial, os professores sejam mais bem preparados para a diferenciação pedagógica e, na formação continuada, que eles sejam apoiados em serviço de modo a executarem esse ensino para a diversidade. Nesse contexto, o papel do professor especializado é extremamente importante no sentido de gerenciar a diversidade, mas essa especialização não deve ser apenas em determinadas deficiências. Na perspectiva de acessibilização, as competências demandadas não são vinculadas a se prestar serviço à pessoa, ou à sua deficiência, mas sim a ampliar a capacidade dos profissionais e apoiar os sistemas.

Enicéia Gonçalves Mendes – E as escolas especiais que papel têm nos sistemas educacionais inclusivos?

Serge Ebersold – Escolas especiais são mantidas em todos os países, mas há alguns movimentos, por exemplo, de as transformarem em centros de recursos ou, então, de serem destinadas exclusivamente a estudantes com problemas graves de saúde. Na França, as instituições especializadas são gerenciadas por pais e são instituições privadas, mas com financiamento público. Aí entram outros interesses do campo da educação especial. Na perspectiva do direito subjetivo, os pais que não confiam nas escolas e/ou no Estado preferem lutar para manter seus filhos em estabelecimentos especializados.

Enicéia Gonçalves Mendes – E isso não se configura como um acordo de conveniência para ambos os lados?

Serge Ebersold – Sim! Para o Estado, por transferir ao setor privado a gestão da deficiência. Para as associações, por conseguirem se manter, pois elas são politicamente menos possantes, uma vez que representam o direito individual. Entretanto, elas também gerenciam as escolas e criam empregos. Na França, há localidades onde elas se constituem como principais empregadores e se forem fechadas causarão problema de desemprego em massa. Então, a questão é delicada, e muitas associações se acham poderosas, mas elas se enganam, pois as modalidades de financiamento mudaram! Hoje, o financiamento é direcionado para aumentar a participação e a concretização do direito individual, e as instituições defendem algo que não interessa mais ao Estado. Por isso, a noção de campo é interessante, pois o campo não se constituiu da mesma maneira nos diferentes países.

Enicéia Gonçalves Mendes – O que significa o termo “solidariedade inventada” que você propõe?

Serge Ebersold – O conceito de acessibilização permite repensar o conceito de solidariedade, no sentido de possibilitar conjugar uma igualdade formal, ligada ao estatuto, com uma igualdade real, ligada à condição e à qualidade de vida e ao reconhecimento da experiência. Permite exercer o direito de ir à escola, exercer o direito de ser aluno e de ser reconhecido como aluno. Assim, solidariedade inventada tem relação com o conceito de acessibilização.

Enicéia Gonçalves Mendes – Você poderia discorrer um pouco mais sobre seu conceito de acessibilização?

Serge Ebersold – Esse conceito serve a três funções, as quais chamo de: conversão, integrativa e securitização.⁵

A função de conversão envolve conferir o poder de agir, de fornecer aos alunos os recursos dos quais necessitam para participar e aprender. Diz respeito a fornecer os recursos e meios conceituais, metodológicos e tecnológicos que lhe deem visibilidade e remete ao efeito capacitante, que permite ao aluno se inserir na sociedade, tomar parte da vida escolar, participar da comunidade escolar, agir sobre a vida escolar e relacionar-se com os colegas. Envolve perguntar quais recursos o estudante precisa. Aí reside o aspecto político do conceito de acessibilização, que nos obriga a questionar: Qual é o efeito capacitante que induzimos? Em que a educação especial permite ao aluno exercer as mesmas tarefas que seus colegas? O quanto a formação dos professores permite exercer a pedagogia inclusiva? Estamos provendo as informações e os recursos de modo que a pessoa possa se apropriar deles?

A função integrativa leva em consideração o fato de que o trabalho realizado deve fazer sentido para o aluno e para o professor. Envolve o “saber utilizar” da pessoa. Por exemplo, durante a pandemia, um estudo mostrou que 30% dos professores franceses se desligaram completamente da função porque eles não viram sentido no trabalho remoto, ou não se interessaram ou não souberam usar as tecnologias para ensinar, ou não quiseram prover apoio a pais e alunos. Nessa situação, entra a função volitiva, de querer agir. Você pode prover todos os recursos, mas se a pessoa não tiver vontade de agir não vai acontecer. Associado ao “saber utilizar” está o sentido que isso assume. Por exemplo, se o professor se interessa pela maneira como eu aprendo, aprender faz sentido para mim; entretanto, se o professor determina que eu tenho que aprender de um único jeito, eu posso nem me interessar em voltar

⁵ No texto o autor usa os termos franceses *conversion*, *federatrice*, *securitizacion*. [N. T.].

à escola. Enfim, o efeito de conversão visa desenvolver o saber agir, que deve se sustentar no querer agir. Com isso, a noção de acessibilização se torna operacionalizada.

A função de securitização diz respeito a como assegurar à pessoa exercer seu direito. Como garantir que pessoas com capacidades diferentes fiquem em equivalência ao poder de agir. A situação pode ser igual, mas a acessibilização deve equiparar ou tornar equivalente o poder de agir. A noção que aporta à acessibilização é a de identificar a ação para equiparar oportunidades, e isso pode ser feito por escolas, universidades, municípios etc. Permite pensar diferentemente a avaliação, pensar praticamente a questão do direito.

Enicéia Gonçalves Mendes – Falando em direito, têm aumentado no Brasil os casos de judicialização relacionados ao direito à educação das pessoas com deficiência. Isso também tem acontecido na França?

Serge Ebersold – Sim, mas a judicialização faz parte da sociedade atual e tem aumentado muito. Quando dizemos que é essa linha de acessibilidade da sociedade que tem problema, não atribuímos o problema ao Estado. O problema é da escola, da empresa ou da universidade que discrimina. Não se trata de assunto do Estado, e a decisão é transferida ao juiz. A judicialização aumenta também porque o direito individual só se materializa em determinados contextos, e o que está em jogo é o quanto esses contextos se incitam a serem solidários com as pessoas com deficiência.

Enicéia Gonçalves Mendes – Gostaria de saber sua opinião sobre o fato de que no Brasil os casos de judicialização mais frequentes são relacionados a demandas de profissionais de apoio escolar, o equivalente ao “auxiliar de vida escolar” da França.

Serge Ebersold – Nessa situação, convém pensar na função de conversão da acessibilização, no sentido de analisar: Em que o suporte desse profissional permite ao aluno fazer as mesmas tarefas que os colegas? Em que a presença desse profissional favorece que o professor diversifique sua ação pedagógica? A função de conversão convida-nos a pensar se o acompanhamento serve como uma transferência de competência, sobre quais são as competências transferidas do profissional ao professor e vice-versa. O fato é que, se você aumenta a competência do professor do ensino comum em responder à diversidade, ocorre uma diminuição da necessidade de pessoal especializado, isso mostram os dados da Noruega, por exemplo.

Enicéia Gonçalves Mendes – Gostaria de te ouvir falar um pouco mais sobre as dinâmicas na escolarização de estudantes com deficiência, ou da distinção

que você faz sobre os termos cooperação/colaboração e como os relaciona à ideia de coconstrução.

Serge Ebersold – Colaborar etimologicamente significa trabalhar junto, mas não significa fazer junto. A escola comum e a especializada podem colaborar, pois uma relega seus alunos indesejados e a outra os recebe. O professor especializado é especialista na deficiência, o professor do ensino comum, no currículo, mas eles podem não se cruzar, porque não há necessidade. De certa maneira, eles funcionam em paralelo. Na França, por exemplo, o desenvolvimento profissional de professores especializados e professores do ensino comum é diferente, então, cruzar a linguagem e o olhar é extremamente complicado. O professor especializado diz que seu papel é socializar os alunos; o do ensino comum diz que é ensinar o conteúdo do currículo. E, por fim, a questão da aprendizagem do currículo com esses alunos não é priorizada. Se for possível acessar o currículo, está bem, mas, se não o for, também não é considerado grave! A lógica de colaboração é complicada porque eles trabalham juntos, mas não há uma dinâmica de coconstrução, não há uma lógica de construção coletiva.

Coconstruir significa elaborar conjuntamente um sentido que não é dado, que precisa ser construído coletivamente. E aí intervém a cooperação. Cooperar significa trabalhar junto. A cooperação coloca em jogo o que vamos fazer juntos, isto é, cooperar é trabalhar junto em direção a algo comum, definir conjuntamente o que nos é comum, em valor, racionalidade ou finalidade, porque o que temos em comum é o que faz sentido. Envolve compartilhamento e compreensão mútua.

Quando colocamos juntos os professores do ensino comum e do especial, auxiliares de vida escolar, outros educadores e pais, nós os estamos confrontando entre si e mobilizando a teoria de redes. Nós colocamos para eles a mesma questão, e a análise dessa situação pode nos mostrar que o objetivo em comum, a escolarização, não tem consenso entre eles. Há qualquer coisa aí que transcende, pois a noção de cooperar é de criar conjuntamente um comum, de interdependência, pensada como mudando o papel e a função de cada um. Para mim, na colaboração, cada um fica no seu *status*, e a educação inclusive exige que se saia desse *status* e se entre na lógica de cooperação. E há a criação de um comum, em torno do qual emerge o sentido que vai permitir surgir alguma configuração.

Enicéia Gonçalves Mendes – É daí que emerge a ideia que você propõe de “acessibilidade policêntrica” e orquestração da acessibilidade?

Serge Ebersold – Isso, o comum está no centro, não existe ainda, é o devenir do aluno, a construção de si, e envolve permitir que ele se construa como pessoa.

Quando nos juntamos numa reunião, por exemplo, para planejar o que nós (pais e profissionais) queremos para a pessoa com deficiência, ainda estamos numa abordagem de acessibilidade egocêntrica, pois pensamos pela e para a pessoa com deficiência. Na acessibilidade policêntrica, nós não estamos lá para planejar para e pelo devenir da pessoa, mas também devemos questionar o que nós desejamos para nós e para a pessoa com deficiência. Vai ser preciso encontrar objetivos e definir o papel de cada um. Colocamos todas as pessoas juntas para saber quais são os interesses de cada uma em relação aos outros, quais são as relações de reciprocidade que vamos estabelecer entre nós.

Assim, o planejamento na abordagem policêntrica vai se organizar com base no que cada um define como seu papel e seu lugar em relação aos outros. Para cada um que participa não é exigido unicamente um olhar objetivo, mas sim um olhar partindo de sua identidade profissional, por exemplo: como eu, professor de educação especial, ou pai ou aluno vou encontrar meu lugar. É daí que emerge a ideia de coconstrução, porque o devenir não está dado. Nós colocamos a pessoa com deficiência no centro, encontramos o comum e coconstruímos juntos o sentido, de modo que um trabalho coletivo se torna um coletivo de trabalho. No trabalho coletivo, cada um exerce a função esperada de sua identidade profissional, mas que não necessariamente se insere num coletivo de trabalho. O coletivo de trabalho vai permitir uma divisão dos estágios, a definição dos papéis e sistemas de comunicação, redistribuição e reconhecimento. Além disso, o coletivo vai definir tarefas e responsabilidades de cada um, os meios necessários para que cada um exerça seu papel, a forma de reconhecimento daquilo que faz sentido, do porquê de trabalharmos juntos.

Enicéia Gonçalves Mendes – Para finalizar, gostaria de saber se todas essas ideias e conceitos que você discute se aplicam apenas à questão da deficiência.

Serge Ebersold – Não! Eu creio que verdadeiramente se trata da necessária solidariedade em uma sociedade do conhecimento. A sociedade salarial tinha no seu cerne o assalariado, a pessoa que trabalhava 40 horas e pagava impostos. Nós exigimos que as pessoas fizessem suas tarefas do trabalho e que o indivíduo se adaptasse à máquina! Como no filme *Tempos modernos* de Charles Chaplin. O papel do Estado era o de preparar amadores para o trabalho, por meio da escola.

A sociedade do conhecimento, por outro lado, não tem o assalariado como centro nem a atividade industrial como prioridade, mas sim a inovação. Com as tecnologias digitais, as regras do jogo mudaram completamente. A era industrial envolvia planificar tudo, inclusive o tempo para produzir, e, se a pessoa estivesse doente ou tivesse deficiência, era descartada.

Com a tecnologia digital é diferente, pois, por exemplo, se eu uso meu celular como telefone, pago caro e utilizo apenas 2% de seu potencial. Por outro lado, se eu sou curioso, me interessa em como funciona um celular e, se eu sei otimizar os processos, ele se transforma num computador. Mas ele só será um computador porque eu sou curioso, criativo e inovador.

Essa é a mudança que vivemos, e, se outrora as pessoas eram fragilizadas pela tecnologia, hoje elas podem ser performáticas em função da tecnologia! Se temos que ser curiosos e criativos, temos que ter apoio para desenvolver nossa capacidade de inovação. Os primeiros computadores exigiam capacidade de programação e eram pouco acessíveis. Gradualmente, foram sendo criadas as interfaces e a acessibilidade melhorou. Então, a acessibilidade vai se tornar crucial para desenvolver a capacidade de inovação, de criatividade e de curiosidade que as ferramentas digitais exigem. E isso requer necessariamente mudanças na escola.

Quando somos confrontados com a diversidade no perfil dos alunos, não podemos demandar a eles que se adaptem ao ensino que planejamos, pois isso só funcionaria se houvesse homogeneidade. Quando há uma diversidade no perfil, não há como programar tudo, é preciso estimular a curiosidade, a criatividade e a inovação. E é aí que entra em jogo a acessibilidade, pensada não apenas para os estudantes, mas também para os professores. A educação inclusiva e a acessibilidade nos interrogam a reinventar a escola, buscando uma escola democrática, que se preocupe com o bem-estar e o sucesso de todos, algo longe de uma lógica de escola seletiva, que ainda hoje é extremamente forte.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [1970]⁶ 2014.

BRUMAUD, F. *La pauvreté comme handicap*. [Fontaine]: Pug et Uga Éditions, 2022. (Collection Handicap, Vieillessement, Société).

DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *A OCDE e o Brasil: uma relação mutuamente benéfica*. [S. d.]. Disponível em: <<https://www.oecd.org/latin-america/paises/brasil-portugues>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

⁶ Ano da primeira edição, publicada na França.

TEMPOS modernos (Título original: *Modern times*). Direção, produção: Charlie Chaplin. Intérpretes: Charlie Chaplin, Paulette Goddard, Henry Bergman, Stanley Sandford, Chester Conklin. Fotografia: Ira H. Morgan e Roland Totheroh. Estreia: 5 de fevereiro de 1936. [Los Angeles]: United Artists, 1936. (87 min), semimudo, preto e branco.

Serge Ebersold, doutor em Sociologia pela Universidade de Strasbourg (França), é professor titular da Cátedra Acessibilidade e chefe do departamento de pesquisa no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), em Paris (França). Também é membro da Unidade de Pesquisa Sociétés, Acteurs, Gouvernement en Europe (SAGE), na Universidade de Strasbourg. Atua com a OCDE, a Comissão Europeia e a Agência Europeia e tem como pauta de pesquisas: educação especial, inclusão escolar, acessibilidade, financiamento, avaliação da qualidade da educação e vida pós-escola.

serge.ebersold@lecnam.net

Enicéia Gonçalves Mendes, doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), é professora titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), líder do Grupo de Pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos em Educação Especial e bolsista Produtividade em Pesquisa 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem como pauta de pesquisas: educação especial, inclusão escolar, acessibilidade, política educacional e formação de educadores.

egmendes@ufscar.br

Recebido em 31 de outubro de 2023

Aprovado em 15 de fevereiro de 2024